

## **RESUMO**

Em 2009, a Ribeira Grande de Santiago foi classificada como Património da Humanidade, tendo sido propostas, tal como antes desse momento, algumas soluções patrimoniais e museológicas, até hoje sem efeitos visíveis porque descontextualizadas e minimalistas.

Atendendo a este panorama, o texto propõe-se executar um diagnóstico, identificar problemáticas e veicular propostas, articulando as intervenções efetuadas, avaliando a situação presente e perspetivando o futuro. Consideramos que só assim será possível elaborar um Programa Global de Valorização Patrimonial e Museológica.

A investigação a que nos propusemos percorreu etapas transversais a várias áreas do saber, concluindo-se com a apresentação de um projeto patrimonial e museológico que fundamente uma estratégia de notoriedade devida a este Lugar de Memória.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ribeira Grande de Santiago/Cidade Velha, Panorama Museológico cabo-verdiano, Programa Museológico.

## **1. DADOS GERAIS DE CABO VERDE E DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO**

O Arquipélago de Cabo Verde localiza-se no Oceano Atlântico, entre o Trópico de Câncer e o Equador, distando aproximadamente seiscentos quilómetros do cabo verde, promontório situado no Senegal, o ponto mais ocidental do continente africano. É composto por dez ilhas principais e outros pequenos ilhéus.

A Ribeira Grande de Santiago, um município da Ilha de Santiago, situa-se quinze quilómetros a oeste da Praia, capital daquele País. Em 2009, foi classificada como Património da Humanidade, assentando essa distinção nos critérios III, IV e VI da UNESCO.

## **2. DA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE À CIDADE VELHA: A METAMORFOSE DE UM LUGAR**

### **1.1. Descoberta do Arquipélago, seu povoamento e estrutura populacional**

Várias hipóteses têm sido veiculadas relativamente ao seu descobrimento. A tese oficial dá como factual o ano de 1460, atribuindo-se esse feito à dupla António da Noli e Diogo

Gomes, com o reconhecimento de algumas ilhas, tendo as restantes parcelas deste território sido descobertas nos dois anos posteriores<sup>1</sup>.

A escolha, em 1462, da Ribeira Grande de Santiago para acolher os primeiros habitantes deveu-se à abundância de água na ribeira que a percorre; de estar apetrechada de um razoável porto de mar, fulcral para os contactos comerciais com a África Ocidental; e de a sua topografia ser propícia para o estabelecimento de um bom sistema de defesa da baía e ancoradouro<sup>2</sup>.

## **1.2. Conformação da sua estrutura urbana**

A Ribeira Grande de Santiago passou por vários estágios evolutivos, advindo dessas mutações oscilações com repercussões a nível arquitetónico, económico, urbanístico e social, bem vincadas na conformação da sua paisagem.

### **1.2.1. Primórdios do povoamento**

O núcleo inicial, correspondente à primeira fase de ocupação do território, entre a década de 1460 e o início do século XVI, estava confinado a um espaço exíguo, no lado esquerdo da ribeira, onde pontificavam a Rua do Porto e a Rua Calhau, o que patenteia a ligação do povoado ao mar.

### **1.2.2. Crescimento e apogeu da Ribeira Grande de Santiago**

Entre o final do século XV e início do sucedâneo ocorreu uma grande ampliação do parque habitacional, formando-se o Bairro de São Pedro, habitado pelas pessoas mais importantes nas suas abastadas casas assobradadas<sup>3</sup>. Em meados da centúria de 1500 surgiram de dois novos bairros: o de São Brás, tal como o referido anteriormente, no lado direito daquela ribeira e junto ao mar, e o de São Sebastião, no flanco esquerdo<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, vol. I, partes I e II, 2.<sup>a</sup> edição. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, pp. 18-31.

<sup>2</sup> Os quais podem ser denominados de «[...] três eixos naturais [...]» (SILVA, António Leão Correia e. *Espaços Urbanos de Cabo Verde. O Tempo das Cidades-Porto*. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 15).

<sup>3</sup> Cf. SILVA, António Leão Correia e. *Combates pela História*. Praia: Spleen Edições, 2003, p. 142; PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis. *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde. Análise Histórico-formal do espaço urbano séc. XV-XVIII*. Dissertação de Mestrado. Praia: Câmara Municipal da Praia, 2004, p. 40. Página consultada a 16 de março de 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Filipe%20Silva/Downloads/Tese\\_mestrado\\_FP.pdf](file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Filipe%20Silva/Downloads/Tese_mestrado_FP.pdf)

<sup>4</sup> Cf. CABRAL, Iva. “Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação”. In. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. II. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação

### 1.2.3. Ocaso da Ribeira Grande de Santiago

O último momento teve início na aurora do século XVII, e é concomitante com o seu lento e agonizante declínio, que já se preludiava desde a segunda metade do século XVI, tendo razões de ordem diversa contribuído para esse desenlace, acentuando-se essa decadência sobretudo a partir do início do século XVIII. À opulenta Ribeira Grande de Santiago, sucedeu-lhe, em menos de três séculos, a Cidade Velha, epíteto resultante dessa metamorfose.

## 3. PANORAMA MUSEOLÓGICO CABO-VERDIANO

### 3.1. Desde a década de 1870 até ao final do período colonial

As referências mais distantes relativamente a este domínio remontam ao século XVIII, intensificando-se no sucedâneo<sup>5</sup>. Subjacente a essas concretizações estiveram as viagens científicas realizadas a partir de 1783, organizadas por Domingos Vandelli. João da Silva Feijó desempenhou um relevante papel nesse período, por via da expedição por ele efetuada, entre 1784 e 1789<sup>6</sup>.

Mas só aproximadamente um século depois surgiu naquele Arquipélago a primeira instituição museológica<sup>7</sup>. Em janeiro de 1871, o governador-geral da Província de Cabo Verde – Caetano de Almeida e Albuquerque – nomeou uma «[...] comissão directora da bibliotheca e museu nacionaes [...]»<sup>8</sup>, inaugurados no dia 8 de abril desse ano<sup>9</sup>.

---

Científica Tropical/ Direção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1995, p. 228-229 ; SILVA, 2003, p. 142-143; PIRES, 2004, pp. 40-41.

<sup>5</sup> Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho. “Museus de Cabo Verde. Continuidade e Inovação”. In. MARINS, Paulo César Garcez (edit.); BORREGO, Maria Aparecida de Menezes (coedit.). *Anais do Museu Paulista*, vol. 21, n.º 1. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Jan./Jun. 2013, p. 64. Página consultada a 28 novembro 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S010147142013000100006&pid=S0101-47142013000100006&pdf\\_path=anaismp/v21n1/a06v21n1.pdf](http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S010147142013000100006&pid=S0101-47142013000100006&pdf_path=anaismp/v21n1/a06v21n1.pdf)

<sup>6</sup> Cf. GOUVEIA, 2013, p. 64.

<sup>7</sup> Sobre este tema realçar o estudo de dois investigadores (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho. “Reconversão Museológica de Sítios em Cabo Verde. Estudo de caso – Chão Bom do Tarrafal”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara – Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. [S.l.]: Fundação João Lopes, 2016, pp. 89-94; ANTUNES, Luís Pequito. “A efêmera existência do Museu de Produtos Naturais da Cidade da Praia, Cabo Verde, 1859-1876”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara – Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. [S.l.]: Fundação João Lopes, 2016, pp. 17-58).

<sup>8</sup> Portaria n.º 15, publicada no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 2, de 14 de Janeiro de 1871.

<sup>9</sup> Cf. Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 14, de 8 de abril de 1871.

Todavia, a partir de 1876, teve um processo contínuo de definhamento e, em 1892, a sua coleção passou a estar sob tutela da Escola Principal<sup>10</sup>. A este colapso esteve umbilicalmente ligado a criação, em 1871, do Museu Colonial de Lisboa, não fazendo sentido, face às obrigações legalmente estatuídas, Cabo Verde subvencionar duas instituições tipologicamente similares, embora geograficamente distantes<sup>11</sup>. Podemos igualmente evocar para esse desenlace a subversão dos princípios que estiveram subjacentes à sua constituição, direcionada para a História Natural, direcionando-se depois para os feitos bélicos da Pátria<sup>12</sup>.

### 3.2. O longo hiato do século XX

Até à proclamação da independência nacional<sup>13</sup>, apesar de reiteradas tentativas, não se constituiu em Cabo Verde mais nenhuma unidade museológica. Esta situação manteve-se nos anos subsequentes, por se considerar que as questões de índole política, económica e social, deveriam ser a prioridade deste novo País.

### 3.3. O panorama museológico cabo-verdiano após a independência nacional

A ideia de se erigir um Museu Nacional perpassou o ideário dos cabo-verdianos nas décadas seguintes, assentando esse desígnio essencialmente na Antropologia, Etnografia e História, sem que esse desiderato fosse até hoje concretizado<sup>14</sup>. No entanto, e em contraponto a esta ideia, surgiram outras propostas suportadas na criação de unidades museológicas em várias ilhas<sup>15</sup>.

No final da década de 1980 e início da sucedânea surgiram no Arquipélago três museus tipologicamente inovadores: o Jardim Botânico Professor Luís Grandvaux Barbosa, em

---

<sup>10</sup> Cf. Portaria n.º 256, publicada no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º. 41, de 4 de Outubro de 1892. Neste estabelecimento de ensino e no Seminário de São Nicolau, por esta altura, foram, constituídos dois museus escolares (cf. GOUVEIA, 2016, p. 94; ANTUNES, 2016, p. 49).

<sup>11</sup> Cf. Antunes, 2016, p. 57.

<sup>12</sup> Cf. FIGUEIREDO, Jaime de. *A Fundação da Biblioteca Pública da Praia*. Praia: Serviços de Propaganda/Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1951, p. 13; ANTUNES, 2016, p. 45.

<sup>13</sup> 5 de julho de 1975

<sup>14</sup> Cf. LIMA, A.G. Mesquitela. *Projecto para a criação de um Museu de Cabo Verde*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1979, p. 13; LOPES FILHO, João. *Cabo Verde. Subsídios para um levantamento cultural*. Lisboa: Plátano Editora, 1981, pp. 142-145.

<sup>15</sup> VEIGA, Manuel. "Museus de Cabo Verde". In. *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Portuguesa do ICOM, 1989, p. 123; RODRIGUES, Nélida Maria Lima. "Os Museus em Cabo Verde". In. *III Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão portuguesa do ICOM, 1991, p. 95

São Jorge dos Órgãos, composto essencialmente por espécimes vivos; o Museu de Documentos Especiais, na Praia; e o Museu dos Correios e das Telecomunicações<sup>16</sup>, no Mindelo, de tutela empresarial, formado por testemunhos tecnológicos<sup>17</sup>.

Atualmente existem em Cabo Verde museus de distintas tutelas e tipologias, dispersos pelas várias ilhas e muitos deles inseridos em edifícios com acentuado valor intrínseco. De entre aqueles, pode afirmar-se que o Museu Etnográfico e o Museu de Arqueologia são os herdeiros da ideia do nunca concretizado Museu Nacional.

Do conhecimento que temos da realidade em questão podemos suscitar as seguintes questões: estamos a falar de museus ou de coleções visitáveis? Consideramos que, na grande parte dos casos, os espaços existentes estão próximos da segunda realidade, isto porque não cumprem na íntegra todas as funções museológicas. Também a obstar a esse desenvolvimento está a falta de um documento orientador para este setor, apesar de há poucos anos ter sido promulgado um diploma legal<sup>18</sup>, em muito vertido dos seus congéneres do Brasil<sup>19</sup> e de Portugal<sup>20</sup>, mas que não atende às especificidades deste Estado arquipelágico.

Tomando como referente um estudo relativo ao anos de 2018<sup>21</sup> e 2019<sup>22</sup>, os museus de Cabo Verde tutelados pelo Instituto do Património Cultural receberam, respetivamente, cerca de 22.000 e 32.000 visitantes. Sabemos também que 69% dos visitantes são estrangeiros e 31% nacionais e, dentro destes, 18% são estudantes.

O Museu da Resistência foi o mais visitado (11.812 fruidores), seguido do Museu Etnográfico (6.413) e do Museu do Mar (3.169). A larga distância estão os restantes museus. Consideramos que tal assimetria se relaciona com o facto de as visitas terem

---

<sup>16</sup> Esta valência museológica encerrou ainda na década de 1990.

<sup>17</sup> Cf. GOUVEIA, 2013, p. 65.

<sup>18</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 30/2016, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 16, I Série, de 16 de março – aprova o regime jurídico das instituições e actividades museológicas, e estabelece o estatuto dos museus.

<sup>19</sup> Cf. Lei n.º 11/904, publicada no Diário Oficial da União, Secção 1, de 15 de janeiro 2009 – Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

<sup>20</sup> Cf. Lei n.º 47/2004, publicada no Diário da República, I Série, n.º 195, de 19 de agosto – aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses.

<sup>21</sup> Cf. “MUSEUS EM CABO VERDE REGISTAM EM 2018 UM AUMENTO SIGNIFICATIVO DE VISITANTES”. *Instituto do Património Cultural*, 28 de janeiro de 2019. Página consultada a 17 de março de 2019. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/550-22026-pessoas-visitaram-os-museus-em-2018>

<sup>22</sup> ALMEIDA, Sara. “Museus de Cabo Verde com aumento de visitantes em 2019”. *Expresso das Ilhas*, 3 de fevereiro de 2010. Página consultada a 8 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/cultura/2020/02/03/museus-de-cabo-verde-com-aumento-de-visitantes-em-2019/67809>

essencialmente um caráter induzido, quer para os turistas, quer para a população escolar. Outrossim, as potencialidades educativas e comunicacionais não são devidamente aproveitadas, como o comprova o facto de o Museu de Arqueologia, cujo discurso expositivo está muito relacionado com os conteúdos letivos, ser pouco procurado.

Porém, esta é uma leitura parcelar da realidade museológica cabo-verdiana, visto não facultar dados sobre as instituições de tutela municipal e privada. Mas mesmo sem números, não é difícil deduzir que nesses casos o panorama deve ser muito idêntico ao anteriormente apresentado. Do exposto é evidente a necessidade de se delinearem estratégias conjuntas para debelar, ou pelo menos esbater, essa tendência.

Sem querermos ser muito exaustivos, é possível listarem-se outras condicionantes ao desenvolvimento do panorama museológico cabo-verdiano: a falta de diálogo entre os setores cultural e turístico; sistema de inventariação inadaptado à contemporaneidade; estratégia de marketing Cultural pouco desenvolvida; exiguidade de recursos financeiros e de colaboradores habilitados; falta de documentos orientadores da atividade museológica. Para além destas entropias, referir que as constantes trocas de diretor no Departamento de Museus e Museologia ocorridas nos últimos anos, podem indiciar indefinição no rumo que se pretende dar a este setor.

Vários encontros sobre esta temática realizaram-se em Cabo Verde, incluindo uma conferência do MINOM, em 2011, para além de contributos de vários investigadores, mas não nos parece que tenha sido dado um salto qualitativo relativamente ao incremento da atividade museológica. De igual modo, queremos salientar vários trabalhos académicos, realizados em universidades de Cabo Verde e de Portugal, que nos permitem aferir o interesse despertado por esta temática.

#### **4. PROPOSTA DE RECONVERSÃO PATRIMONIAL E MUSEOLÓGICA DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO**

Na ótica do reconhecimento e valorização deste secular assentamento populacional, a formulação de um plano museológico é tida como parte integrante desse processo. Todavia, esse propósito terá de ser devidamente sustentado, constituindo-se esse pressuposto como um alicerce para a sua aplicabilidade no terreno. Se tal não acontecer, corre-se o risco de surgirem iniciativas avulsas, científica e concetualmente mal estruturadas, como foram os casos de alguns projetos anteriormente pensados. Já neste

século, mas por um período de tempo bastante curto, existiu no Sítio uma área expositiva dedicada à vertente arqueológica, principalmente ao segmento subaquático, que foi desativada há alguns anos e o seu acervo transferido para o Museu de Arqueologia.

Este Lugar de Memória é dotado de condições patrimoniais plenas, visto abranger todos os segmentos do Património Cultural e o seu congénere Ambiental. É também um aglomerado urbano com fixação humana ininterrupta desde a década de 1460, pelo que lhe é atribuído o estatuto de Sítio Cultural Vivo. Em razão do atrás enunciado, estamos de acordo com a ideia de que a constituição de um Museu de Sítio é uma possibilidade viável de vir a ser adotada<sup>23</sup>. Por outro lado, pensamos que o Ecomuseu, um museu do Homem e da Natureza e do espaço e do tempo, pode, embora residualmente, fornecer contributos para esse propósito.

A realidade em análise reveste-se de algumas particularidades às quais é importante atender: por um lado, a sua dimensão, o vasto período temporal a abordar e a variedade de testemunhos a enquadrar, são as características dominantes do Sítio; por outro, a presença de população residente, em constante crescimento e a conseqüente pressão urbanística resultante desse fenómeno, tornarão mais exigentes os desafios inerentes à sua futura gestão.

A valorização a propor passará por uma perspetiva pan-patrimonial, abrangendo o Património Cultural Material, Património Imaterial e Património Ambiental, resultando desta confluência um processo de inventariação bastante heterogéneo. Neste contexto, a formação dessa coleção deverá ser muito bem pensada, e terá de existir consciência de que nem tudo é passível de nela ser integrado, tornando-se necessário, antes da sua inclusão nessa lista, questionar se o seu valor intrínseco é suficientemente manifesto para ser incorporado no circuito expositivo.

No que ao Património Edificado respeita, a falta de evidências tangíveis ou o deficitário estado de conservação das suas ruínas são condicionantes a atender. Assim, tornar-se-á necessário desenvolverem-se estratégias para esbater essa astenia, devendo estas serem

---

<sup>23</sup> Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho. “Museologia e Arte Contemporânea em Cabo Verde. Valorização do Sítio Cultural da “Cidade Velha”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara – Revista da Fundação João Lopes*, ano I, n.º 1. [S.l.]: Fundação João Lopes, 2015, p. 65.

capazes de suprirem essas lacunas incluindo-se neste propósito a criação de uma rede de extensões museológicas e centros interpretativos expandidos no território<sup>24</sup>.

O conhecimento que temos do Sítio permite-nos afirmar que a gestão paisagística, urbanística e a valorização patrimonial nem sempre foram executadas convenientemente. Esta situação é evidente no mobiliário interpretativo multilingue, parte dele já muito desgastado, principalmente o que se situa próximo da orla marítima. Este recurso interpretativo somente está colocado junto de alguns monumentos<sup>25</sup>, o que torna impossível a percepção de testemunhos dissimulados na paisagem ou soterrados. As placas de orientação poderiam em certa medida atenuar esta falha, mas as que existem pouca utilidade têm, em virtude de não estarem estrategicamente dispersas pelo aglomerado urbano e somente fazerem menção a pouquíssimos testemunhos. Esteticamente são pouco apelativas e não seguem um modelo uniforme.



Área do Forte de São João dos Cavaleiros (soterrado)  
© José Filipe Silva (abril 2019)



Painel informativo bastante erodido  
© José Filipe Silva (abril 2019)

Em razão dos condicionalismos elencados, facilmente se depreende que o projeto pensado para o Sítio terá de saber disponibilizar veículos comunicacionais – lúdicos, científicos e pedagógicos – capazes de tornar a fruição e inteligibilidade dos legados patrimoniais dispersos por esse território perfeitamente entendíveis para os visitantes. A proposta a seguir apresentada procurará dar a resposta a esse desafio, através de um modelo cientificamente validado, de acordo com o preceituado pelas boas práticas museológicas.

<sup>24</sup> Cf. GOUVEIA, 2015, p. 69.

<sup>25</sup> Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Torre da Misericórdia, Convento de São Francisco, ruas Banana e Carreira, Sé Catedral e Fortaleza Real de São Filipe.

## **Centro de Acolhimento e de Informação Turística**

Instalado numa antiga casa senhorial, espera-se que possa cumprir cabalmente as funções direcionadas para este tipo de estruturas: orientar, informar e apoiar. Por ser o ponto inicial do percurso, é importante que aí seja exibido, com a duração máxima de dez minutos, um documentário que retrate fielmente a evolução da cidade desde a sua fundação até à atualidade.

A disponibilização de um mapa interativo do Sítio e do concelho a indicar o posicionamento geográfico dos testemunhos patrimoniais não deslocalizados, das extensões museológicas e dos centros interpelativos, acompanhado de pequenos textos explicativos (com opção de som) e imagens sobre os mesmos, é outra estratégia pensada.

Este local servirá igualmente para a venda de ingressos e orientadores de visita em formato papel, que também podem ser alugados em suporte audiovisual ou virtual multilingue, distribuir o fluxo de visitantes e fazer a sua contabilização para fins estatísticos.

## **Centros de Interpretação**

Como recursos interpretativos preconizamos a reconstrução/ilustração imagética simples ou digital em 2D e 3D, essencial para atenuar a ausência da integralidade construtiva de muito desse legado, documentários audiovisuais, maquetes, painéis descritivos e modelos tridimensionais.

Outro fator importante a notar relaciona-se com a sua localização, devendo estes centros interpretativos estar perto dos monumentos mais representativos dessa categoria ou que melhor permitam a posterior inteligibilidade dos mesmos. Assim propomos: Centro Interpretativo de Arqueologia Subaquática; Centro Interpretativo do Património Religioso; Centro Interpretativo do Património Militar e Centro de Interpretação Ambiental.

## **Parque Arqueológico Subaquático**

Sabendo-se que no fundo do oceano próximo e ao largo da Ribeira Grande de Santiago jazem verdadeiras “cápsulas do tempo” – muitos navios e outros objetos a eles pertencentes –, que guardam vestígios que comprovam a sua importância estratégica ao

longo dos séculos, esta proposta permitirá a todos os que o quiserem fazer entrarem em contacto com esses bens.

Perspetivamos que essa experiência possa ser feita através de mergulho, desde que devidamente acompanhado e monitorizado, ou de um barco revestido de fundo transparente. A nível comunicacional cogita-se ser possível veicular informação por via de mobiliário expositivo concebido para o efeito e colocado junto desses bens, ou de um dispositivo eletrónico de georreferenciação.

### **Património Edificado**

A leitura *in situ* dos testemunhos dispersos pelo território, em razão do seu estado de conservação, merecerá abordagens interpretativas diferenciadas. Os que permanecem completamente legíveis bastará colocar junto deles textos multilingues claros e concisos, como complemento a essa exegese presencial. Relativamente aos que estão desaparecidos, ou em ruína parcial ou total, aventamos a inserção de um painel transparente, a colocar nas imediações desses vestígios. Através deste processo, o desenho de perspectiva à escala poderá dar-nos a ideia do que foi outrora a sua morfologia e dimensão.



Testemunho legível (Pelourinho)  
© José Filipe Silva (abril 2019)



Testemunho parcialmente legível (Sé)  
© José Filipe Silva (abril 2019)

### **Extensão da Escravatura**

Porque estamos a falar de um tema propenso a ferir suscetibilidades, parece-nos que a constituição de um museu de consciência/memorial, muito direcionado para a abordagem multissensorial, em detrimento de um museu somente histórico-diacrónico, será a via mais coerente a considerar. A falta de objetos para sustentar o discurso expositivo colmatar-se-á, como acontece em museus de referência, com esta abordagem interpretativa.

Se for possível, julgamos adequado que esta extensão museológica fique situada num edifício próximo ao porto, em virtude de ter sido aí o local de desembarque dos escravos, estabelecendo-se deste modo uma estrita conexão entre o apresentado e o imaginário dos visitantes ao olharem para o mar e vislumbrarem imageticamente esse momento.

### **Extensão do Patrimônio Imaterial**

Esta extensão deverá estar estruturada em vários domínios para que seja possível perceber as várias componentes que fazem parte da essência deste Lugar de Memória e que ajudam a consubstanciar a aura que o envolve. A este respeito, é premente lembrar que o Critério VI<sup>26</sup>, um dos selecionados aquando do processo de classificação como Patrimônio Mundial, evoca a importância da intangibilidade para conferir à Cidade Velha o rótulo de Valor Universal Excepcional.

A música e a dança, com destaque para os grupos de tabanca e as batucadeiras, a rica e variada gastronomia, e a língua crioula, são temáticas que merecem ser abordadas. Atendendo à especificidade de cada uma delas, fará sentido conceber-se um circuito expositivo em que, para além da mostra de objetos, se faça uso de tecnologias e suportes audiovisuais e interativos para complementar o que se pretende comunicar.

A participação da comunidade nas atividades promovidas é fundamental para imprimir genuinidade e realismo a esse discurso, e também para que se sinta parte integrante e fundamental deste projeto. A parceria com restaurantes locais será uma boa opção para proporcionar aos visitantes a degustação de comida tipicamente cabo-verdiana, acompanhada de música e dança, conseguindo-se assim reunir todos os tópicos abordados nesta extensão museológica.

### **Extensão de Arte Sacra**

No passado, a ideia de se constituir um museu para este segmento patrimonial foi aventada, mas sem nunca ter tido a devida sustentação científica, como o comprova a hipótese para a sua inclusão na Capela de São Roque, um templo de dimensões diminutas e de difícil acesso.

---

<sup>26</sup> Estar diretamente ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, ideias ou crenças, trabalhos artísticos e literários com proeminente importância para a Humanidade.

Atendendo ao explicitado, a sua localização deverá suscitar ponderada reflexão. O ideal, tal como acontece com outros museus tipologicamente similares, seria instalá-lo num espaço parcialmente desafeto ao culto, mas essa hipótese é pouco viável, pelo que é necessário considerar outras alternativas.

É igualmente premente começar a equacionar-se sobre a sua coleção. No nosso entendimento, pensamos que objetos, imagens, alfaias litúrgicas e pinturas, pertencentes à diocese de Santiago, encaixariam na perfeição no alvitado. A visualização de várias procissões que se realizam na Ribeira Grande de Santiago, com destaque para a do Santíssimo Nome de Jesus, e a “História de Vida” do padre Custódio Ferreira de Campos<sup>27</sup>, suportada em depoimentos e imagens, são outras possibilidades a observar.

### **Reconstituição de uma casa tradicional**

Sendo esta proposta focalizada numa perspectiva diacrónica, julgamos que esta extensão museológica, inserida numa das casas tradicionais subsistentes nas ruas Banana e Carreira, nos possa remeter para o modo de vida atual da sua população. Em todos os compartimentos deverão ser adereçados elementos constitutivos do seu dia-a-dia – aspetos da vida familiar, vicinal e laboral –, que conferirão uma perspetiva abrangente dessa vivência. Consideramos que a coleta do seu acervo terá de ser feita junto dos habitantes locais ou nas comunidades rurais do concelho da Ribeira Grande de Santiago.



Aspeto exterior de uma casa tradicional na Rua Carreira  
© José Filipe Silva (abril 2019)

<sup>27</sup> Durante mais de cinquenta anos foi o pároco da Ribeira Grande de Santiago.

## **Património Ambiental**

O verdejante vale, que foi em tempos idos um laboratório de aclimação de espécies de fauna e flora em trânsito entre vários continentes, e as escarpas das achadas, conferem à Ribeira Grande de Santiago uma singular paisagem, praticamente intacta desde os primórdios da ocupação populacional desta ilha. A nossa sugestão vai no sentido de potenciar este legado através de um circuito devidamente orientado para o seu conhecimento e de algumas atividades ligadas ao Património Imaterial, como é o caso da fabricação do grogue, nos vários trapiches existentes.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **DIPLOMAS LEGAIS**

#### **BRASIL**

Lei n.º 11/904, publicada no Diário Oficial da União, Secção 1, de 15 de janeiro 2009 – Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

#### **CABO VERDE**

Portaria n.º 15, publicada no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 2, de 14 de Janeiro de 1871.

Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 14, de 8 de abril de 1871.

Portaria n.º 256, publicada no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 41, de 4 de outubro de 1892.

Decreto-Lei n.º 30/2016, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 16, I Série, de 16 de março – aprova o regime jurídico das instituições e actividades museológicas, e estabelece o estatuto dos museus.

#### **PORTUGAL**

Lei n.º 47/2004, publicada no Diário da República, I Série, n.º 195, de 19 de agosto – aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses.

## LITERATURA CONSULTADA

ANTUNES, Luís Pequito. “A efêmera existência do Museu de Produtos Naturais da Cidade da Praia, Cabo Verde, 1859-1876”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara – Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. [S.l.]: Fundação João Lopes, 2016, pp. 17-58.

BARCELLOS, Cristiano José Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, vol. I, partes I e II, 2.<sup>a</sup> edição. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003.

CABRAL, Iva. “Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação”. In. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. II. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1995, pp. 225-273.

FIGUEIREDO, Jaime de. *A Fundação da Biblioteca Pública da Praia*. Praia: Serviços de Propaganda/Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1951.

FREIRE, Verónica dos Reis. “A Experiência Cabo-Verdiana no Domínio do Património”. In. CUNHA, J. da Silva (dir.). *Revista Africana*, VII ano, Número Especial. Porto: Universidade Portucalense/Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, 1993, pp. 65-73.

GOUVEIA, Henrique Coutinho. “Museus de Cabo Verde. Continuidade e Inovação”. In. MARINS, Paulo César Garcez (edit.); BORREGO, Maria Aparecida de Menezes (coedit.). *Anais do Museu Paulista*, vol. 21, n.º 1. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Jan./Jun. 2013, pp. 63-76. Página consultada a 28 novembro 2014.

Disponível em:

[http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S010147142013000100006&pid=S0101-47142013000100006&pdf\\_path=anaism/v21n1/a06v21n1.pdf](http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S010147142013000100006&pid=S0101-47142013000100006&pdf_path=anaism/v21n1/a06v21n1.pdf)

\_\_\_\_\_. “Museologia e Arte Contemporânea em Cabo Verde. Valorização do Sítio Cultural da “Cidade Velha”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara – Revista da Fundação João Lopes*, ano I, n.º 1. [S.l.]: Fundação João Lopes, 2015, pp. 63-101.

\_\_\_\_\_. “Reconversão Museológica de Sítios em Cabo Verde. Estudo de caso – Chão Bom do Tarrafal. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara – Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. [S.l.]: Fundação João Lopes, 2016, pp. 81-220.

LIMA, A.G. Mesquitela. *Projecto para a criação de um Museu de Cabo Verde*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1979 (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia).

LOPES FILHO, João. *Cabo Verde. Subsídios para um Levantamento Cultural*. Lisboa: Plátano Editora, 1981.

PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis. *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde. Análise Histórico-formal do espaço urbano séc. XV-XVIII*. Dissertação de Mestrado. Praia: Câmara Municipal da Praia, 2004. Página consultada a 16 de março de 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Filipe%20Silva/Downloads/Tese\\_mestrado\\_FP.pdf](file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Filipe%20Silva/Downloads/Tese_mestrado_FP.pdf)

RODRIGUES, Nélida Maria Lima. “Os Museus em Cabo Verde”. In. *III Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão portuguesa do ICOM, 1991, pp. 61-64.

SILVA, António Leão Correia e. *Espaços Urbanos de Cabo Verde. O Tempo das Cidades-Porto*. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, 1998.

\_\_\_\_\_. *Combates pela História*. Praia: Spleen Edições, 2003.

VEIGA, Manuel. “Museus de Cabo Verde”. In. *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Portuguesa do ICOM, 1989, pp. 115-120.

## **NOTÍCIAS EM LINHA (COMUNICAÇÃO SOCIAL)**

ALMEIDA, Sara. “Museus de Cabo Verde com aumento de visitantes em 2019”. *Expresso das Ilhas*, 3 de fevereiro de 2010. Página consultada a 8 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/cultura/2020/02/03/museus-de-cabo-verde-com-aumento-de-visitantes-em-2019/67809>

“MUSEUS EM CABO VERDE REGISTAM EM 2018 UM AUMENTO SIGNIFICATIVO DE VISITANTES”. *Instituto do Património Cultural*, 28 de janeiro de 2019. Página consultada a 17 de março de 2019. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/550-22026-pessoas-visitaram-os-museus-em-2018>